

NOTA INTRODUTÓRIA

O rio Tejo é um dos quatro grandes rios ibéricos que desaguam em Portugal ou na fronteira luso-espanhola.

Embora ainda haja necessidade de aprofundar o estudo da paisagem da bacia do Tejo, não se podem esquecer os principais traços geomorfológicos da sua bacia que condicionam (e condicionaram ao longo da História) o seu funcionamento.

A bacia hidrográfica do Tejo é relativamente estreita, tem uma largura de 100 a 120 km contra os cerca de 1 100 km de comprimento.

Em Portugal distinguem-se duas partes fundamentais na sua bacia hidrográfica. A montante, um estreito vale de erosão, cortando o Maciço Hespérico e que se estende até à região de Toledo; a jusante o amplo vale ribatejano dissimétrico, alargando-se na Bacia Terciária, para terminar, após se espalhar por longo estuário interno, ligado ao mar por um estreito canal.

O Tejo que conhecemos a partir da segunda metade do século XX foi modificado pelas barragens que influenciaram directamente o regime de cheias do Ribatejo.

Este nosso Tejo que tem sido tão importante ao longo da nossa História, a despeito da sua importância político-sócio-económica tem sido muito usado mas pouco conhecido na sua globalidade e potencialidades.

Se procurarmos averiguar como se começou a estruturar o conhecimento deste nosso grande rio, é fundamental conhecer a obra *“Estudos Chorographicos, Physicos e Hydrographicos da Bacia do Rio Tejo Compreendida no Reino de Portugal Acompanhados de Projectos e Descrição das Obras Tendentas ao Melhoramento da Navegação d'este Rio e Protecção dos Campos Adjacentes, pelo Brigadeiro Graduado de Engenharia e Inspector das Obras Públicas M. J. Júlio Guerra Superintendente das Obras do Melhoramento do Tejo Coadjuvado pelos Engenheiros da Mesma Comissão. Publicados por Ordem do Governo”*. Estes estudos foram editados em Lisboa, pela Imprensa Nacional em 1861.

Ao referir, na íntegra, o título da Memória notável que nos descreve, com minúcia, o Tejo de meados do séculos XIX (na realidade o Tejo histórico e tradicional) quero salientar que nesse título se refere bem o conteúdo da publicação que se apresenta em *edição fac-simile* em boa hora promovida pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P..

A Memória agora oferecida, de novo, ao público é um bom exemplo do movimento de fomento de obras públicas que se verificou no nosso país, na segunda metade do século XIX, após período difícil, mesmo trágico, que moldou as primeiras décadas deste século.

É pela Lei publicada a 12 de Julho de 1849 que D. Maria II estabelece *“criar uma autoridade especial para superintender na direcção e administração dos melhoramentos d'aquelle rio (...) sendo considerado o Tejo como um só Districto para todos os efeitos relativos ao seu melhoramento e polícia”* (artigo 1, ponto 2).

Trata-se de decisão clarividente que está na génese dos estudos que se mencionam nesta Memória. Entretanto em 30 de Agosto de 1852 é criado o Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria. Em Fevereiro deste mesmo ano, o coronel graduado de engenharia Manuel José Júlio Guerra tomou a direcção dos estudos sobre o rio Tejo.

O cuidado extremo como são conduzidos os trabalhos (vidé as *“Instrucções para a uniformidade dos estudos do melhoramento da navegação no Tejo na parte da Topographia e Hydrographia”*, p.22) são de realçar. Do mesmo modo o é a minúcia com que são descritos e registados em inúmeras tabelas quer *“phenómenos metereológicos”*, quer diversas medidas físicas (udometria e termometria) e ainda dados sobre o movimento de navegação do rio. E que dizer do rico acervo de plantas e perfis que ilustram esta Memória!

E não esqueçamos que, na altura *“o Alto Tejo não tem (tinha) uma só estrada que permita o transito de viaturas. Os carros carregados, que saem do porto de Villa Velha precisam cinco dias para percorrerem cinco léguas”* (p.106). Somos capazes de imaginar este mundo de então?

A terminar estas curtas notas introdutórias transcrevo parte do parecer do Conselho Geral das Obras Publicas e Minas sobre o programa geral que conduziu à notável Memória aqui apresentada.

Ei-lo: *“Senhora: - Tendo Vossa Magestade ordenado que o conselho geral das obras publicas e minas fosse consultado àcerca dos apontamentos e modelos para o registo das observações que devem servir para a uniformidade dos estudos do melhoramento do Tejo coordenados pelo coronel graduado de engenharia Manoel José Júlio Guerra, o conselho tem a honra de respeitosa e offerecer a Vossa Magestade as seguintes considerações:*

É incontestavel a vantagem de registar todos os phenomenos que possam servir para o estudo dos projectos àcerca do melhoramento dos nossos portos de mar e rios, e que estes registos sejam feitos por um systema geral, simples e completo; para se conseguir este fim são indispensaveis instrucções convenientemente coordenadas, que ao passo que encaminhem os novos engenheiros nos diffíceis trabalhos d’este ramo da engenharia, lhe proporcionem mappas, tábuas e outros papeis gravados ou lithographados que, alliviando-os em grande parte do trabalho material, lhes economise o tempo, que poderá ser mais utilmente empregado no estudo pratico e em investigações scientificas.

O conselho, examinando os trabalhos apresentados pelo referido coronel Guerra, julga que estes devem ser archivados para serem tomados na devida consideração, quando se tratar da confecção das instrucções geraes, assim como o devem ser todos aquelles relativos a identicos objectos que foram enviados pelos outros directores que queiram seguir tão louvavel exemplo” (p.21).

É sem dúvida um trabalho memorável, paradigmático para estudos congéneres.

Luís Aires-Barros

(Professor catedrático jubilado do Instituto Superior Técnico
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa)